Pacheco e Lira preservam STF

Presidentes do Senado e da Câmara afirmam ser inadequado debater, neste momento, mudanças no Judiciário

» GABRIELA ORNELAS » MARIANA ALBUQUERQUE

casas do Legislativo federal afastaram, por ora, o risco da mobili-zação conduzida por aliados do presidente Jair Bolsonaro do presidente jair Boisonaro de ampliar o número de inte-grantes do Supremo Tribunal Federal, a fim de diluir o poder do Judiciário e ampliar a in-fluência do Executivo na mais

fluência do Executivo na mais alta Corte de Justiça do país. O presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), classificou a iniciativa como "incoerente". "Todas as propostas devem ser respeitadas, mas me estranha muito neste momento estar-se discutindo um tema dessa natureza, ampliação da estrutura do Supremo Tribumal Federal. Me parece que isso é até incoerente com a lógica dos que defendem a redução das competências do Supremo. Me papetências do Supremo. Me pa-rece um momento inadequado para essa discussão", afirmou. O senador também men-

cionou que a mudança geraria mais gastos aos cofres pélicos e defendeu que ministros e ex-ministros do STF sejam ouvidos sobre a medida.
Portanto, me parece um momento inadequado para essadiscussão. E algo que afete a
estrutura do Supremo Tribunal Federal, é de bom alvitre
também que se ouça ministros atuals, ex-ministros do
Supremo, para saber o que
verdadeiramente é bom para
o país", ponderou o presidente do Congresso.
Allado de primeira hora de
lair Bolsonaro, o presidente Arcionou que a mudança gera-

Jair Bolsonaro, o presidente Ar-thur Lira (PP-AL) deu a entender que não pretende levar a iniciativa adiante, por enquanto. "Este assunto, neste momento, não é adequado. Precisamos discutir



as propostas de cada candidato para o Brasil", disse Lira, em en-trevista ao portal *UOL.* Em campanha no Rio Gran-de do Sul, Bolsonaro recuou,

de do Sul, Bolsonaro recuou, ontem, de suas declarações do fim de semana. Diferentemente do que afirmou na sexta-feira, disse que não cogita modificar a composição do Supremo. E criticou, mais uma vez, a imprensa. "Igual (quando) a imprensa falou que vou passar para mais cinco no Supremo. Eu falei que isso não estava no meu plano de governo Botaram na minha conta. Vocês que inventaram isso. Vocês é que digam", emendou o chefe do Executivo em Pelotas (RS).

do Executivo em Pelotas (RS). No domingo, em um sinal de contemporização, o presidente afirmoù que poderia descartar a proposta de mudar o colegiado do Supremo se o tribunal "baixar a temperatura".

Base mobilizada

Se a cúpula de Brasília pro-curou reduzir a tensão institu-cional, a base bolsonarista no Congresso se mantém ativa. Ontem, ao Correlo, o senador Carlos Portinho (PL-R), lider do governo no Senado, defen-deu o aumento de ministros no STF. Chamou a medida de "aperfeiçoamento". Segundo o parlamentar, o Poder judiciá-rio deve fazer uma "autocríti-ca", afirmando que os mem-bros "não estão em crise ape-nas com o Poder Executivo e nas com o Poder Executivo e Legislativo", mas "estão em cri-se com a sociedade".

"O poder legislativo é o po-der competente para avaliar essas questões do aprimora-mento do sistema judiciário e da própria legislação", acres-centou Portinho.

Na Câmara, o deputado Ri-cardo Barros (PP-PR) também se manifestou. "Os assuntos não nascem do nada. Por que estamos discutindo pesquisa? Porque os erros das pesquisas foram absurdos. Por que esta-mos discutindo o STF? Porque

mos discutindo o STF? Porque o STF tem arrastado nas suas prerrogativas", declarou.

"Quem é o ator que está criando problema? É o Supremo Tribunal Federal. Endo, gera-se uma reação a esses fatos. Quem está criando problema? Os institutos de pesquisa. Então, gera-se também uma reação a esses fatos", completou.

completou. Outro apoiador a defender Outro apoiador a defender a mudança é o ex-ministro e futuro senador Marcos Pontes (PL-SP). Segundo ele, a função o Senado é de fiscalizar o STF, mas sem persegui-lo. "O Sena-do tem obrigação de fiscalizar o STF, faz parte do equilíbrio dos poderes. Também é função o Senado manter que todos ministros trabalhem dentro do que é previsto e não extrapoque é previsto e não extrapo-lam funções. Não é chegar e perseguir; é trabalhar com a lei", disse.

lei", disse.
Eleito para o cargo de se-nador em 2023, Magno Malta PL-Es), é crítico contumaz do Supremo. Em setembro, disse que "O chamado ativismo ju-dicial só se deu, por causa do enfraquecimento do Senado. A proatividade dos ministros do STF não tem sido algo positi-vo no Brasil". E emendou: "Por isso, o Senado é o único órgão capaz de frear o STF". capaz de frear o STF".

*Estagiária sob a supervisão de



Pacheco: mudanca de tal magnitude na Suprema Corte exige a participação de integrantes do Judiciário

Especialistas divergem sobre tema

Entre especialistas, há diferentes posicionamentos. Segundo o cientista político Vladimir Pucci, "a possibilidade de aumento
dos número de ministros do STF
atenta completamente contra a
democracia". Segundo ele, o modelo não representa avanços para
problemas do Judiciário. Ele entende que "não se pode brincar
desta forma com a democracia
por causa de momentos". por causa de momentos".

Mas existem opiniões transigentes. "Apesar da polêmica em torno do tema, propor a al-teração da composição do Supre-mo Tribunal Federal, por meio de

emenda Constitucional, é possível dentro de um ambiente democrático, argumenta Flávio Pansieri, presidente do Conseiho Fundador da Academia Brasileira de Direito Constitucional. "O Congresso Nacional possuito, desde que siga os dispositivos constitucionals. Ou seja, é preciso esclarecer que o constituinte originário deixou em aberto e não vedou a possibilidade de mudança na composição do STE, para mais ou para menos", STF, para mais ou para menos", diz. "Entretanto, não é um pro-

profunda discussão com a socie-dade", acrescenta.

Associações de classe também se manifestaram. "O Legislati-vo e o Executivo podem tramitar quaisquer propostas objetivan-do melhorar, modernizar e dar maior eficiência às instituições, desde que, obviamente, não se insira na esfera de cláusula pé-trea. Assim, a Associação Nacio-nal de Desembargadores (An-des), estranha a inquietação de algumas instituições nos últimos algumas instituições nos últimos dias", afirma nota da Andes, assinada pelo desembargador presidente, Marcelo Buhatem

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 5